

Qualidade de vida e avaliação de políticas públicas

Tania Margarete Mezzomo Keinert*

Trabalhar com a questão da qualidade de vida é enfrentar o desafio de conceituá-la, percebendo sua complexidade e suas múltiplas facetas. Poderíamos tratá-la em pelo menos três dimensões, relacionando-a aos aspectos individuais (modo, condições, estilos de vida, percepção de bem-estar, espiritualidade, objetivos de vida, relações sociais), coletivos (desenvolvimento humano, comunidades saudáveis, sustentabilidade e ecologia humana) e políticos (democracia, direitos humanos e sociais).

Uma importante vertente quando se fala de qualidade de vida, da perspectiva do indivíduo, remete aos aspectos subjetivos a ela associados. “A questão da percepção da população é o ponto de partida fundamental para uma pedagogia de participação, da inclusão, que busque construir não só novos resultados ou indicadores de qualidade de vida, mas, sobretudo, produzir novos significados a respeito da qualidade de vida. (...) Para este trabalho de uma pedagogia da inclusão, da participação e a disputa de significados em torno da qualidade de vida, é fundamental a agregação, nos diagnósticos, de elementos ligados aos desejos da população, aos sonhos, aos medos, aos fatores de sofrimento, ao que as pessoas gostam, à possibilidade de decidir, de escolher” (PONTUAL; 2002). Sendo assim, subjetividades, percepção e estados emocionais adquirem importância fundamental na conceituação de qualidade de vida e, até mesmo, na definição de indicadores para operacionalizá-la ou de políticas públicas para aprimorá-la.

Qualidade de vida é sempre um conceito relativo. Relatividade que pode ser atribuída a um lugar, a determinada cidade, a suas peculiaridades e conflitos (RYKWERT; 2004). Pode ser relacionada a diferentes faixas etárias, sendo conceituada de forma diferente em crianças - quando o brincar adquire especial importância -, ou em idosos - quando o corpo, e também a alma, passam a perceber a vida de forma diversa. Qualidade de vida que se manifesta de forma diferente quando relacionada à juventude, com questões como violência, uso de drogas ou doenças sexualmente transmissíveis ganhando destaque. Ou então quando sob um recorte de gênero, abordando, por exemplo, o uso do tempo pelas mulheres - as quais se sentem sem tempo para nada, mas exigidas como se tivessem tempo para tudo.

Os aspectos coletivos, principalmente aqueles associados à noção de sustentabilidade socioeconômica

e desenvolvimento humano, são outra perspectiva desafiante. Desafios que se colocam desde as limitações impostas pela precarização das condições de vida, pela degradação do ambiente urbano, pelo enfraquecimento das redes de solidariedade; e até pelo seu oposto - a dificuldade em se associar diretamente nível de renda e qualidade de vida, desenvolvimento econômico e bem-estar, condições de vida e percepção de felicidade.

A dimensão política da qualidade de vida também é desafiante pois pressupõe a construção de uma “comunidade cívica”, de acumulação de capital social e formação de capital humano. Dimensão que exige a construção de acordos negociados que contemplem a noção de direitos humanos, políticos e sociais. Pressupõe a possibilidade de participar das decisões, manifestar opinião, ser parte ativa na construção de um sistema de governo democrático. É a chamada “ética das capacidades” (SEN, 2000), que garante aos indivíduos as condições de realização e efetivação de possibilidades diferenciadas de existência.

Aspecto final que queremos ressaltar nessa breve introdução é o da qualidade de vida enquanto parâmetro para a avaliação de políticas públicas. Ao tratá-la sob esse ponto de vista, queremos compartilhar com o leitor a compreensão de que tais políticas devem sempre pautar-se pelo respeito a sua própria continuidade, que baseiem-se em acordos intersetoriais e que sempre sejam participativas.

Referências Bibliográficas

PONTUAL, P. “Qualidade de Vida, Participação e Percepção da População” in KEINERT, T. M. M. e KARRUZ, A. P. Qualidade de Vida: Observatórios, Experiências e Metodologias; São Paulo, FAPESP-Annablume, 2002.

RYKWERT, J. “A Sedução do Lugar.” São Paulo, Martins Fontes, 2004.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

* Administradora, Pesquisadora Científica do Instituto de Saúde e editora desta edição do BIS. Email: tkeinert@isaude.sp.gov.br ou taniakeinert@gmail.br